

SOMBRA ERRANTE: A PRECEPTORA EM A INTRUSA, DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Elis Regina Guedes de Souza (UEPB)
elis_reginaa@yahoo.com.br

Marcelo Medeiros da Silva (UEPB)
marcelomedeiros@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Dentro de um contexto social visivelmente falocêntrico, durante os oitocentos, a educação feminina estava voltada para o cuidado da casa e do marido, como se a mulher não pudesse exercer outras formas de trabalho para além do lar. Por isso, a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi vista de forma preconceituosa, ainda que algumas das tarefas a serem exercidas por elas estivessem ligadas à esfera do privado. Todavia, o trabalho era a mais importante demanda social para o sexo feminino, bandeira defendida por várias escritoras oitocentistas. Nesse cenário, a preceptoria foi uma das raras atividades femininas que contou com a anuência social, visto que, por meio da preceptoria, a mulher estava exercendo uma função que não rivaliza com as profissões masculinas.

Além disso, com relação à questão do trabalho feminino, sobretudo no período oitocentista, devemos acrescentar que, como a inserção da mulher na vida pública poderia corromper a sua pureza, o trabalho remunerado só lhe era permitido em situações excepcionais e de extrema necessidade, como nos casos de viuvez ou de falência financeira. Esse fato fez da preceptoria uma das raras funções remuneradas exercidas por mulheres durante o Brasil oitocentista e até para bem além dele. De acordo com Vasconcelos (2008), a preceptora era, geralmente, uma mulher solteira ou viúva que, geralmente confrontada com dificuldades econômicas, vinha da classe média empobrecida e que, passando por situações extremas, precisava vender o seu saber para poder viver.

Sendo assim, a partir do que foi exposto, nosso objetivo nesse artigo é estudar a figura da preceptora como personagem literária. Embora existam trabalhos que tenham tomado tal figura como escopo, tais estudos analisaram-na a partir de pressupostos de áreas como Sociologia, Educação. Ainda que não desprezemos as contribuições dos estudos de áreas afins, o nosso artigo enseja estudar a figura da preceptora em obras da literatura brasileira. Para tanto, escolhemos como *corpus* a seguinte obra: *A intrusa* (1994), de Júlia Lopes de Almeida, narrativa que pode mostrar não só como a preceptora é representada a partir da óptica feminina dentro da literatura brasileira, mas principalmente como, a partir das representações em torno de tal personagem, é possível pensar como a preceptora e a preceptoría são marcadas por certa ambivalência porque tanto uma quanto a outra questionam, de certa forma, os valores sociais tidos como verdades universais (respeitabilidade social, a moralidade sexual e à subordinação femininas) e apontam para as fissuras nas relações entre público e privado, masculino e feminino na sociedade brasileira oitocentista.

Mulher, preceptoría e educação: as marcas do trabalho invisível

Ao longo do século XVI até o XIX, a educação doméstica passou a ser considerada uma atividade de instrução em virtude de sua utilização na educação de nobres e filhos de reis. No século XIX, essa atividade ganhou maior destaque no Brasil, pois sua prática estava “aliada ao estatuto de modernidade e civilidade aspirado dos países tomados como referência, principalmente da Europa ocidental” (VASCONCELOS, 2008, p. 19). Assim, tendo por base o modelo europeu, a educação doméstica ganhou destaque entre as famílias da classe abastada da sociedade brasileira imperial e era realizada, geralmente, por preceptoras particulares. A preferência por preceptoras estava relacionada também a questões de etnia, e um dos requisitos necessários era que a preceptora fosse de cor branca. Ao longo da

segunda metade do século XIX, a procura por essa profissional passou a ser cada vez mais difundida e as camadas intermediárias da sociedade também buscavam os serviços das preceptoras. Na posição social das preceptoras, nota-se certa ambiguidade, pois:

Empregando-se para “educar” meninas e meninos, dominando os diversificados conhecimentos exigidos para tal e ocupando um cargo ambicionado por estrangeiros que vinham para o Brasil, as preceptoras não poderiam ser desprovidas de um lugar representado como privilegiado nas estruturas sociais existentes. Entretanto, havia um limiar muito tênue entre o respeito e reconhecimento à sua posição social e à condição de empregadas das elites, tratadas como tal (VASCONCELOS, 2008, p. 26).

Além disso, a educação estava moldada às especificidades de cada gênero. Existiam, pois, dois modelos de educação: uma para meninos e outra para meninas. Aqueles eram educados para o exercício de atividades intelectuais que lhe possibilitassem êxito no espaço público. Estas, por sua vez, deviam aprender conhecimentos específicos como “bordar, coser, marcar, cortar, dançar, trabalhos de agulha, caia a ouro, prata, matiz e escama de peixe, *tricot*, *filot*, flores, obras de fantasia, recortar estofos, veludos, e outros trabalhos manuais” (VASCONCELOS, 2008, p. 28, *itálicos da autora*). Atividades ensinadas às meninas eram, assim, voltadas para os trabalhos do lar, preparando-as “para que estivessem aptas a criar seus filhos, até mesmo educá-los se fosse o desejo ou se as circunstâncias as obrigassem” (VASCONCELOS, 2008, p. 32).

A ajuda das preceptoras na educação das jovens era clara, e muitos reconheciam que “essas mulheres eram vistas como contribuindo para uma educação mais racional e saudável das moças em um século que principiou a formação de novos códigos sociais” (VASCONCELOS, 2008, p. 33). No entanto, a posição social das preceptoras dentro da sociedade era contraditória, visto que as mulheres que desempenhavam tal função ficavam “quase sempre situadas em uma classe social inferior à dos seus empregadores, porém possuídas de capital cultural adquirido através de uma educação esmerada, possivelmente em um passado mais abastado”

(VASCONCELOS, 2008, p. 35). Elas não pertenciam à elite, uma vez que trabalhavam para se sustentar, não tinham posses e assim:

viam-se na condição de ter que vender seus “saberes” em troca de salário e, às vezes, até de moradia. Por certo, essa não era uma função para a qual se preparassem ou almejassem, mas, ao contrário, algo até humilhante, a que se viam condenadas por um destino que não apresentava outra opção (VASCONCELOS, 2008, p. 37).

As preceptoras também não poderiam ser consideradas como pertencentes às classes mais pobres, visto que tinham instrução e conhecimentos que lhes davam certo refinamento e as diferenciavam das mulheres das camadas inferiores da sociedade brasileira. Além disso, “pesava também o fato de exercerem uma profissão, o que não era apropriado às mulheres” (VASCONCELOS, 2008, p. 37), entretanto, a preceptoria era aceita porque a execução do trabalho dessas mulheres estava atrelada ao espaço privado, visto que atuar “na ‘esfera doméstica’ era ‘melhor’ do que a [situação] da professora assalariada, que precisava trabalhar fora do lar” (VASCONCELOS, 2008, p. 38, acréscimo nosso). A preceptoria foi, portanto, uma das primeiras profissões relacionadas à educação que possibilitou ao sexo feminino ter um trabalho remunerado. Ainda que com todos os entraves e preconceitos enfrentados por essas profissionais, o exercício dessa profissão foi fundamental porque, conforme Vasconcelos (2008, p. 39), “da ‘ocupação’ das preceptoras nasce a ‘profissão’ de professora”. As preceptoras como pioneiras, ao enfrentar os obstáculos para exercerem seu ofício, permitiram que outras mulheres também pudessem ter uma profissão assalariada.

No entanto, ao executar por dinheiro tarefas da mulher doméstica, a preceptora tem uma posição indeterminada e sua presença “gera conflitos entre as dimensões sexual e moral da mulher. [...] ela, paradoxalmente, representava uma ameaça a estes mesmos valores, dentre outros motivos, por sua própria posição social indefinida” (MONTEIRO, 2000, p. 13). O incômodo maior residia no fato de a preceptora habitar o espaço alheio onde sua posição era indefinida. Por isso, os membros da família não sabiam como tratá-la. Sua condição sempre foi a de uma estranha no lar do outro. Ao “desempenhar

algumas tarefas da mãe, a preceptora, sem filhos, também desmitifica a idéia de que o amor maternal é, necessariamente, instintivo, podendo, ao contrário, ser comprado” (MONTEIRO, 2000, p. 32). Portanto, a preceptora contradiz o imaginário da maternidade como um fato inerente à natureza feminina, como “sina” de toda mulher, pois as preceptoras, em sua maioria, não tinham filhos e, assim, estavam fora do estereótipo da realização feminina por meio da maternidade.

Os textos sobre a preceptora geralmente retratam seus ideais, anseios e vontades, além das aflições e fragilidades entre agregada e senhor. As narrativas que enfocam a figura da preceptora vão contribuir para traçar uma imagem da preceptora, enquanto *sombra errante* “porque exercia uma função pública no espaço privado, podendo, através do seu saber, provocar mudanças de comportamento para a própria mulher, assim como ameaçar, pela sua função, o domínio público” (MONTEIRO, 2000, p. 10). Errante também “por ser mulher que recebia salário, errante porque obscurecia a noção do papel feminino que ela deveria desempenhar” (MONTEIRO, 2000, p. 10). Sendo assim, aquela que exercia esse “ato sagrado” por dinheiro estaria, na óptica de alguns, maculando a sagrada imagem da mulher e colocando em xeque os papéis sociais femininos.

Entretanto, a preceptora é uma das personagens que passa a exercer aquilo que será uma das demandas femininas reivindicada por muitas feministas: o direito ao trabalho na esfera pública. Ademais, tal personagem configura-se também como “símbolo de uma época de repressão social à mulher e, ao mesmo tempo, alegoria que projeta o excluído, o outro, a sombra, como uma forma de alteridade que ilumina a diferença” (MONTEIRO, 2000, p. 17). Através das personagens-preceptoras, as obras literárias refletem sobre as condições sociais daqueles que sempre estiveram à margem da história: a mulher, o excluído, o inferiorizado, a sombra errante que transgride as condutas sociais pré-estabelecidas. A partir disso, os textos que focalizam a figura de preceptoras contribuem não somente para mostrar os conflitos reais enfrentados por essas mulheres,

mas também para enfrentá-los, desamordaçando, por meio da ficção, o ser que grita dentro de cada mulher. Ora, se uma ideologia sufoca esse ser, a escrita mostra que o sufocado não é necessariamente apagado. O escritor transforma o bico da pena em fio de espada que faz o texto lugar apropriado para duelar contra os privilégios do sistema social vigente. O romance abre, assim, espaço para o encontro entre a ficção e a história, e também para o enfrentamento, a denúncia e a transformação de uma ideologia (MONTEIRO, 2000, p. 43).

Nessa perspectiva, ressaltamos que a importância das obras literárias cujas protagonistas são preceptoras está no fato de essas obras questionarem os valores sociais tidos como verdades universais e, conseqüentemente, nos interstícios da linguagem, dar expressão e, em alguns casos, voz àquelas que durante tanto tempo foram impedidas de se expressar. A condição da personagem-preceptora reflete e assemelha-se à situação das preceptoras reais que eram vistas com desconfiança, devido ao seu ofício, ocupando sempre as margens da sociedade. Mas, de seu lugar de sombra, tal personagem ilumina-nos na reflexão acerca da condição feminina durante os oitocentos e das formas como as mulheres foram negociando e minando a rigidez dos códigos do patriarcado, como podemos perceber a partir da representação que Júlia Lopes de Almeida faz de tal personagem no romance que constitui o *corpus* do presente artigo.

Publicado inicialmente em capítulos no *Jornal do Comércio* (1905), e três anos depois em forma de livro, o romance *A intrusa* (1994) aborda a importância da educação e do trabalho como formas de visibilidade e emancipação femininas. A narrativa gira em torno de Alice, a preceptora, que foi contratada para educar Maria da Glória, a filha do viúvo Argemiro, e que, para exercer essa função, enfrentará todos os preconceitos e dissabores dessa profissão.

Durante a narrativa, numa conversa entre amigos, o advogado Argemiro revela aos companheiros o desejo de conviver mais com sua filha Maria da Glória, que vivia com os avós numa chácara. Para que tivesse a companhia da filha, Argemiro decidira contratar uma preceptora, conforme o diálogo entre ele e o padre Assunção: “— Vais-te rir... Botei hoje um anúncio no *Jornal*, pedindo uma moça para tratar da casa de um viúvo só” (ALMEIDA, 1994, p. 10). Porém,

padre Assunção é enfático ao declarar o “perigo” que isso poderia causar ao viúvo: “— Estás doido! Não caias nessa asneira... Olha que chamas o perigo para casa” (ALMEIDA, 1994, p. 10). Nas palavras do padre Assunção, já se observa a visão preconceituosa que se tinha da mulher e principalmente da preceptora, ressaltando a imagem desta como ser perigoso ao lar, espécie de demônio familiar, que representava uma ameaça aos bons costumes e podendo comprometer a reputação do viúvo.

Após a publicação do anúncio, surge apenas uma candidata ao cargo. Sua chegada à casa de Argemiro é descrita por uma narração em terceira pessoa: “Era meio-dia quando um bonde das Águas Férreas parou à entrada do Cosme Velho, e uma moça, desceu para a rua, com ar vexado. O bonde continuou o seu caminho; ela consultou uma notazinha da carteira e entrou” (ALMEIDA, 1994, p. 13). E assim, durante toda a narrativa, a preceptora será sempre descrita pelas outras personagens ou pelo narrador onisciente, pois não é facultado a ela o direito de falar de si mesma, reforçando, assim, a ideia do “não-lugar” ou “lugar-nenhum” ocupado pela mulher numa sociedade construída sob a égide patriarcal. Igualmente, nota-se a falta de espaço e de autonomia da mulher que ousava romper com os valores sociais e adentrar no mercado de trabalho, ainda que este se resumisse ao lar alheio, “agregada ao lar de determinada família burguesa, aí permanecia como uma espécie de prisioneira, explorada pelo patrão” (MONTEIRO, 2000, p. 28).

Na descrição da personagem Alice, o narrador nos apresenta a impressão do criado Feliciano sobre a moça que viera por causa do anúncio: ele “olhou e viu que ela levava as botinas esfoladas, tortas no calcanhar, e que tinha tornozelos finos” (ALMEIDA, 1994, p. 13). Na sequência, quando a jovem se apresenta a Argemiro, temos o seguinte registro: o “advogado levantou os olhos e viu entrar na sala uma figura meio encolhida, que lhe pareceu ter um ombro mais alto que o outro e cujas feições não viu, porque vinham cobertas com um véu bordado e ficavam contra a claridade” (ALMEIDA, 1994, p. 13). Assim, a preceptora vai sendo descrita e desenhada na narrativa e no imaginário do leitor pelo que dela imaginam as demais personagens porque dela nada sabemos tampouco porque de si ela mesma não fala nada.

Entretanto, aos poucos, a imagem de Alice começa a ser formada. Atuando como sombra na casa do viúvo e no romance, a protagonista invisível projeta a difícil trajetória da mulher no mercado de trabalho, no espaço do outro, numa posição indefinida, revelando-nos as barreiras e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na luta pela emancipação.

No caso de Alice, além de reestabelecer a harmonia no lar perdida desde a morte da esposa de Argemiro, a preceptora deveria cuidar da educação de Maria da Glória, a filha de Argemiro que estava sendo criada pela avó, a baronesa, o que não agrada muito ao genro porque a forma como os avós educam a neta não estava tornando a garota “civilizada”: a menina parece “uma selvagem, [...] mal sabe ler, rabisca umas letras em péssima caligrafia... e toca sem compasso umas intoleráveis lições do método! Já era tempo de saber muito mais” (ALMEIDA, 1994, p. 17). Essas “falhas” na educação de Glória foram mais um elemento que levaram Argemiro à decisão de contratar uma preceptora para instruir a filha. Ainda que essa educação fosse voltada para reforçar os “papéis femininos”, segundo a visão patriarcal, de preparar a mulher para o casamento, a administração do lar e o cuidado com os filhos, seria alguma forma de instrução para o feminino que, durante tanto tempo, foi condenado à ignorância.

Na opinião da baronesa, Argemiro deveria ter contratado uma “governanta respeitável, mulher idosa e com bons certificados” (ALMEIDA, 1994, p. 33). No entanto, o advogado afirma que a governanta é um tipo de “mulher mercenária, uma alugada, pouco mais do que criada, não passa disso” (ALMEIDA, 1994, p. 34). Na fala de Argemiro, mais uma vez, se nota todo o preconceito social que enfrentava uma mulher que trabalhava fora de casa, não passava de uma “mercenária”, alguém que se vendia por um preço ajustado. Esse foi durante muito tempo um obstáculo no caminho das mulheres que decidiam trabalhar para além do lar, mesmo que esse trabalho fosse realizado no espaço doméstico, como no caso da personagem-preceptora da obra em análise. A preceptora era aquela que vendia o que sabia, portanto, nessa perspectiva, ela coloca em questão o papel idealizado para a mulher, dentro de

uma sociedade que sempre foi moldada pelo modelo masculino e ditadora das regras e comportamentos femininos:

A mulher educada era supostamente sustentada pelo pai ou marido. As regras sociais implicavam essa hipótese, e qualquer outra seria devidamente descartada. Entretanto, [...] ela precisava, às vezes, de recorrer ao trabalho para o seu sustento, escolhendo, quase sempre, a profissão de preceptora, por ser a mais compatível com o seu *status* social (MONTEIRO, 2000, p. 25).

No primeiro encontro de Glória com a preceptora, a menina, influenciada pela avó, tinha as piores impressões sobre a moça que ainda não conhecia, “até que viu entrar na sala, com o modo mais simples e desembaraçado do mundo, uma moça, nem bonita nem feia, vestida de cinzento, com aventalzinho preto e um molho de chaves pendentes da cintura” (ALMEIDA, 1994, p. 38). Para a menina, a preceptora não passava de “uma alugada”, “uma mercenária”, como todos a chamavam, principalmente a baronesa. Novamente se nota que Alice era descrita pela voz de terceiros, dessa vez foi o narrador quem descreveu as percepções que Glória tivera ao ver a governanta. Porém, ela nada disse sobre si, era indefinida a sua aparência, inclusive a ausência de cores fortes, ou ainda a presença de cores frias como cinza e preto nas vestimentas da moça, reforça a ideia do apagamento/invisibilidade da identidade de Alice como ser humano, pois ela, da forma como é descrita, assemelha-se mais a um fantasma, a uma sombra. No entanto, estar à margem, viver à sombra era a condição para exercer uma profissão no espaço do outro. Por isso, Alice precisava apagar-se como pessoa e principalmente como mulher, pois “a preceptora foi sempre vista, entre outras coisas, como uma ameaça pela sua sexualidade. Para externar esse conflito, necessário se fazia negar à preceptora a sua natureza de mulher, a sua sexualidade” (MONTEIRO, 2000, p. 110). Portanto, o apagamento da identidade de mulher enquanto preceptora se fazia necessário a sua profissão.

Além disso, o “molho de chaves” preso à cintura da governanta remete à imagem da mulher como guardiã do lar e, ao mesmo tempo, prisioneira da casa, já que controla/detém as chaves, mas, também, está presa a elas. Esses traços confirmam a indefinição do lugar que a governanta ocupa, ou seja, os

entre-lugares, à margem. É a partir desse não-lugar que Alice vai conduzindo a narrativa, que gravita em torno dessa personagem tão silenciosa, mas que fala com os demais sentidos, principalmente com o seu trabalho, é ele que lhe serve de guia. Na construção da protagonista de *A intrusa*, vislumbramos, assim, o esboço da emancipação feminina pelo trabalho, como defendiam as primeiras feministas e inclusive a própria escritora da obra, que, como uma mulher de Letras, intelectual atuante, sabia manejar as palavras com inteligência e perspicácia, tecendo e construindo um espaço privilegiado para a mulher dentro de sua obra. O trabalho e a educação tornam-se nessa perspectiva a principal forma de libertação feminina:

A mulher educada no preparo de qualquer rendosa profissão – e ela tem provado no respectivo desempenho, que a sua competência é igual à do homem – não tem receio do futuro, nem se preocupa com a idéia de que ele lhe proporcione um bom ou mau marido, nem mesmo a oprime a expectativa de não conseguir aquele que deseja (COELHO, 2002, p. 48-49).

Esta é uma das perspectivas de trabalho mostradas na obra em análise, pois a governanta foi em busca de uma função para manter-se sem depender de homem algum. No decorrer da narrativa, observamos que Alice consegue por êxito próprio ir cativando a filha de Argemiro, pois, ao ser questionada pela avó sobre a preceptora, Maria da Glória afirmara que: “— D. Alice? É tão boa! sabe? ontem ela me ensinou a fazer crochê e deu-me depois a agulha e o novelo de lã” (ALMEIDA, 1994, p. 53). Porém, esse fato não agrada à baronesa que fica muito enciumada tampouco a Feliciano, o empregado de Argemiro, que também não gosta de Alice. No entanto, mesmo que todos estivessem contra Alice, Argemiro sente-se maravilhado com as mudanças que a governanta provoca em sua casa:

A verdade, que ele sentia, que o penetrava por todos os poros, era que a sua casa nunca lhe soubera tão bem. Havia um conforto novo, um aroma de malva ou de pomar florido, melhor luz, melhor ar, por aqueles compartimentos que o Feliciano, quando sozinho, enchia do cheiro dos cigarros e dos charutos. [...] Agora não; percebia-se que o ar daqueles quartos tinha sido renovado e o ambiente purificado pelas roseiras abundantes do jardim. [...] O seu gabinete reluzia de asseio,

Revista Milba, n. 1, v.1, out.2015/mar.2016
Universidade Federal Rural de Pernambuco
<http://journals.ufrpe.br/index.php/milba>

cheirava bem, não precisava de mais nada (ALMEIDA, 1994, p. 61).

Assim, a mulher representada pela protagonista do romance em análise, ainda que na condição de marginalizada por ser mulher e por precisar trabalhar, consegue mostrar competência e capacidade para desempenhar qualquer função que lhe fosse designada, mesmo nas tarefas mais simples. É por meio da execução de atividades aparentemente banais que a autora ressignifica e valoriza as habilidades das mulheres a partir do que lhes era permitido realizar, como o cuidado com o jardim, com o ambiente da casa, entre outras atribuições ligadas às prendas domésticas. Além disso, a instrução oferecida por Alice funcionava também como um modo de conscientização da mulher que, mesmo no exercício das prendas do lar, não descuidava da aprendizagem com os livros e as leituras, possibilitando a Glória o contato com outros conhecimentos e visões que iam além da chácara dos avós e da casa do pai, conforme observamos no relato da menina sobre uma visita em que Alice a levou ao Instituto dos Surdos-Mudos, o que deixara Maria da Glória muito impressionada: “— Ah, padre Assunção, eu não sabia que havia gente assim, fechada dentro de si mesma, como me explicou d. Alice. Como a gente tem vontade de ser boa, quando vê coisas dessas!” (ALMEIDA, 1994, p. 68).

Esses aspectos fazem da escrita de Júlia Lopes uma voz feminista em um tempo em que a maioria das mulheres mal sabiam ler e escrever. Percebemos, assim, o pioneirismo e a força do discurso apresentado, ainda que muitas vezes implicitamente, na ficção da autora em estudo, como um modo de reivindicação do lugar da mulher dentro da sociedade oitocentista, através da educação, visto que a instrução das mulheres “concentrava-se na preparação para o seu destino último: esposas e mães. [...] Todavia, alguma educação era bem acolhida, pois se tornariam melhores mães para os filhos e melhores companheiras para os maridos” (HAHNER, 2003, p. 123). Desse modo, entendemos que a educação mostrada na obra, ainda que tivesse a finalidade de preparar a menina para o seu “destino último”, mostrava também uma preocupação com a humanização e com valores sociais que visam à conscientização de Glória enquanto futura mulher.

Ressaltamos que alguns dos temas mencionados acima aparecem implicitamente na obra, do modo que, nos interstícios entre linguagem e representação social, era permitido à autora mostrar/questionar certos modos de ser e de existir. Em outras palavras, não podemos esquecer que na época em que a autora viveu e escreveu as mulheres ainda não gozavam de total liberdade de expressão para poderem dizer/escrever abertamente sobre assuntos tão polêmicos, como a igualdade feminina, a educação para a emancipação da mulher. Por isso, com inteligência, a autora vai manejando e articulado seus protestos e críticas atrelados aos acontecimentos do dia-a-dia, às situações do cotidiano, às personagens tipicamente encontradas na sociedade de seu tempo. Esse hábil jogo que se assenta na dissimulação como estratégia política de inserção em meio à exclusão, numa primeira leitura, pode passar despercebido aos leitores ou ser, equivocadamente, interpretado como corroboração dos valores patriarcais.

Diante disso, percebemos que as personagens-preceptoras, mesmo no seu silêncio como era o caso de Alice, a protagonista invisível de *A intrusa*, transmitiam uma mensagem desestabilizadora para as estruturas hegemônicas de poder: a busca pela autonomia feminina e a negação da dependência financeira do homem. Com isso, elas questionam os valores da estrutura social e propõem uma revisão dos tradicionais papéis designados às mulheres do século XIX. No entanto, essa transgressão tem seu preço, pois, sendo percebidas como uma ameaça social, as preceptoras eram empurradas para a margem e excluídas socialmente. A título de exemplificação, lembremos que Alice foi demitida pela baronesa que visualizava nela uma ameaça às virtudes do genro e da neta, mas, sobretudo, uma ameaça e uma afronta à memória da ex-mulher de Argemiro, filha da baronesa. Porém, a decisão da sogra deixou o advogado bastante chateado, principalmente por ela demitir Alice, sem motivos contundentes, motivada apenas pelo ciúme e pela raiva que sentia.

Nos momentos finais da narrativa, a autora apela para o destino para justificar a entrada da preceptora na casa de Argemiro. Sendo assim, o destino, como aquele que tudo trama, foi tecendo os fios da vida para conduzir Alice à casa do advogado e à vida dele e da filha, que tanto precisavam de uma

mulher, de uma referência materna no lar. O “ninho” ficou vazio com a perda da esposa e somente outra mulher poderia restituir o calor e trazer a vida àquela casa tão triste e solitária, tal quais os moradores que nela habitavam. A mulher aparece, assim, na obra como ser superior que tem o poder de modificar e transformar, pois ela é portadora da vida, da alegria, da felicidade, ainda que subjugada e excluída socialmente.

A autora coloca a mulher, representada por Alice, no lugar de destaque, cobrando-lhe a importância e reivindicando o seu lugar dentro da sociedade. De intrusa, ela passa à dona da casa. “Dois meses depois, [desse episódio] numa linda manhã, os barões assistiram ao casamento de Argemiro e de Alice, feito por Assunção, testemunhado por Adolfo Caldas, Teles e d. Sofia” (ALMEIDA, 1994, p. 193, acréscimo nosso). No entanto, cabe ressaltar que o casamento não foi o prêmio pela bondade de Alice, pois ela alcançou o reconhecimento pelo seu trabalho, pelas ações que realizou na casa de Argemiro. A convivência despertou em ambos o nobre sentimento do amor. Júlia Lopes de Almeida deu a sua personagem o desfecho que se esperava para ela, ou seja, o casamento, conforme “mandava” a tradição romanesca, segundo a qual os romances quase sempre acabavam em casamento.

Devido à época em que a obra foi escrita outro final para a preceptora seria transgredir ainda mais os limites permitidos pelo patriarcado à mulher escritora. Nesse caso, a obra deveria também ter sua função social – a de doutrinar e exaltar os valores da família – para poder ser bem aceita e escapar à censura, talvez por isso, é que Alice acabou sendo “coroadada” com o casamento, tornando-se a “rainha do lar” e confirmando o “destino de mulher” para o casamento e a maternidade. No entanto, não se pode negar a contribuição da obra, porque, de qualquer modo,

é através do texto literário que essas (in)esquecíveis mulheres conformam e subvertem, simultaneamente, os padrões do patriarcado. Por meio dessas narrativas vai-se traçando a trajetória da preceptora em busca de autonomia (MONTEIRO, 2000, p. 70).

Assim, podemos compreender que a personagem-preceptora criada por Júlia Lopes transgredir a condição feminina por procurar autonomia pelo

trabalho, sustentar-se sozinha, com decência, apesar de sempre ter sido alvo de críticas e julgamentos negativos. As transgressoras, como é o caso da personagem Alice, eram aquelas que desejavam seguir outro caminho, que muitas vezes precisavam buscar uma forma de sustento fora do lar e é, exatamente, por esse motivo, que Alice é tida como uma intrusa. E talvez isso explique o título da obra, a preceptora é intrusa porque está deslocada socialmente do papel e do destino que para ela fora pensado. Intrusa por estar ocupando por dinheiro um lugar e uma função que as mulheres deveriam ocupar, simplesmente, “por amor”. Intrusa por ser pobre e buscar sustento por seus próprios meios, ao invés de procurar um marido ou um homem que a amparasse e a sustentasse.

Entretanto, ao final da narrativa, somos revelados que tal personagem nada tem de intrusa. Pelo contrário, ela possui, dentro do imaginário patriarcal, os pré-requisitos necessários que permitem que ela possa ser alçada à mais nobre posição feminina: ser esposa e ter um lar todo seu. Ou seja, percebemos que os infortúnios por que passa Alice em meio às intrigas de Feliciano e da própria baronesa são provas por que a preceptora tem de passar para provar que pode ocupar o lugar de dona da casa e do coração de Argemiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos o presente estudo do romance *A intrusa* (1994), de Júlia Lopes de Almeida, reiteremos que, contratada para instruir a filha da elite, a protagonista preceptora não desfruta de nenhum prestígio social porque, vista como ameaça social, ela contraria o papel e o lugar do feminino socialmente construídos. Por isso, é considerada perigosa, pois coloca em questão o lugar destinado à mulher na ideologia patriarcal e reivindica, implicitamente, um lugar para o outro sexo dentro de um espaço de dominação masculina – o mercado de trabalho.

Vendendo seus saberes, a preceptora segue na busca pela autonomia, lutando para sustentar-se com seus próprios talentos e esforços, evidenciando o que, depois, será uma grande conquista feminina, isto é, o direito de poder

decidir o que as mulheres podem e devem ser: “elas querem ser ao mesmo tempo mães, trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de seu lazer e prazer. E isso tudo com o estilo próprio” (DEL PRIORE, 2001, p. 88). Desse modo, é inegável a contribuição da obra de Júlia Lopes de Almeida, enquanto mulher e escritora, para mostrar e resgatar, através da representação literária, a figura dessas mulheres que, como primeiras educadoras e pioneiras no exercício de um trabalho fora do lar, enfrentaram tantos preconceitos e desafios para buscarem um lugar para o feminino através da educação e do trabalho, dentro de uma sociedade patriarcal na qual o lugar da mulher sempre foi à margem, à sombra, em um entre-lugar.

A autora reivindica assim, um lugar para o feminino que permita à mulher exercer um papel consciente e independente dentro da sociedade, alcançando a autonomia e o direito de ter o seu espaço na esfera pública, até então, de domínio exclusivamente do masculino. Com isso, Júlia Lopes de Almeida insere-se no rol de escritoras que, atuando como predecessoras, contribuíram para que as demandas do feminino se fizessem notar, evidenciando que a contribuição das mulheres para a cultura de nosso país poderia ser muito maior e muito além dos cuidados do lar e da família.

REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A intrusa**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. 2.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 09-69.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. Trad. Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MONTEIRO, Maria Conceição. **Sombra errante**: a preceptora na narrativa inglesa no século XIX. Niterói: EdUFF, 2000.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Vozes femininas do Oitocentos: o papel das preceptoras nas casas brasileiras. In: FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda. (orgs.). **Vozes femininas do Império a República**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008, p. 19-45.